

# **O discurso jornalístico sobre o medo e a ordem na cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup>**

Marise Baesso Tristão<sup>2</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora e Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF)

## **Resumo**

Neste artigo, analisaremos o discurso do jornal *O Globo*, entendendo que ele cristaliza estereótipos e medos a respeito da cidade do Rio de Janeiro, reforçando o que é legal e ilegal nesta cidade e aqueles comportamentos e fatos que devem ser criticados, enquanto tantos outros são silenciados. Para isso, analisaremos um período do primeiro governo do prefeito Eduardo Paes, que assumiu a prefeitura em 2009, portanto fase pré-megaeventos em que acreditamos haver o projeto do Rio como cidade-empresa, que precisa dar certo. Para isso, é necessário higienizar a “Cidade Maravilhosa”.

## **Palavras -chave**

discurso; jornalismo; favelas; medo; ordem

## **Introdução**

Se as cidades são espaços sobrecarregados de sentidos, alguns discursos, como o jornalístico, tentam defini-la e enquadrá-la. Alguns sentidos expostos seguem na direção de administrá-la, ignorando o múltiplo ao mesmo tempo em que promove uma normalização dos sujeitos, segundo visões pré-estabelecidas. Este discurso que normaliza e administra está sedimentado em alguns lugares, como no discurso midiático. Neste discurso, os aspectos subjetivos e ideológicos acabam integrados a uma realidade objetiva, como a divulgada pelos órgãos de imprensa. Desta forma, permitem-se associações simplistas para fatores complexos, criando verdades, que se estabelecem, como aquela que coloca a violência maior na cidade do Rio de Janeiro sendo provocada pelos traficantes.

Este discurso, como lembra Orlandi (2001 b), é definido como o “discurso sobre a cidade”, sendo hierarquizante. Ele suprime as várias vozes existentes, em nome de uma concepção positivista da cidade que, ao mesmo tempo em que se contenta com o crescimento e a vastidão da metrópole, busca a uniformização de seus ocupantes como sujeito-modelo, sem suas subjetividades e marcas históricas. Essas vozes e sentidos sufocados precisam vir à tona de alguma forma, já que não têm acesso aos tradicionais meios de debate. Assim, manifestam-se, muitas vezes, em movimentos violentos.

## **O discurso jornalístico e a cidade**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, de 25 a 27 de outubro de 2017.

<sup>2</sup> Professora do curso de graduação em Jornalismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF) e professora substituta da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) marisebaesso@hotmail.com.

Enquanto discurso *sobre*, o discurso jornalístico toma a cidade como objeto e se apropria de saberes sobre ela que estão em circulação. Além das nomeações da cidade – metrópole, região metropolitana, Cidade Maravilhosa, cidade boêmia, cosmopolita, cidade violenta, cidade da guerra etc -, aquilo que se repete sobre ela no discurso jornalístico passa a constituir o imaginário da cidade. “Cabe observar, então, a polissemia que essa palavra ao ser retomada por diferentes nomeações em diferentes formações discursivas, bem como os efeitos de unidade que ela condiciona em uma dada formação discursiva (NUNES, 2014, p. 1.167).”

Este autor lembra, ainda, que entre o acontecimento sobre o qual a notícia se volta e o discurso que o jornalista direciona ao leitor, está a materialidade discursiva e os indícios dos discursos institucionais que significam a cidade. Ao observar o discurso jornalístico sobre a cidade é possível perceber o modo como os discursos são parafraseados, silenciados ou esquecidos. Assim, ao atualizar e apagar memórias de outros acontecimentos relevantes, este discurso pode colaborar para um tipo de percepção sobre a cidade, lembrando que reportagens são narrativas, contando e recontando, criando sentidos e narrando a experiência do homem no mundo. Resende lembra que, além do discurso *sobre*, o campo dos media também se define como o discurso *para*:

O campo dos media, como também o são os outros, tanto se faz autônomo como dependente. Em outras palavras, ele instaura, ao mesmo tempo em que conforma e redefine, discursos sobre e para a sociedade; ou seja, ele cria e recria práticas sociais discursivas que tanto desejam falar da sociedade como se constituir enquanto saber acerca desta mesma sociedade. Junte-se a estes aspectos, ainda, o fato de que o campo dos media narra experiências e modos de vida calcados em subjetividades que estão, insistentemente, cravadas na objetividade demandada pela necessária lida com o cotidiano. Ou seja, eles interferem no *status quo* e recriam modos de vida, porque leem e provocam releituras de experiências subjetivas e objetivas e, vale dizer, de forma às vezes tão imperativa que se tornam o lugar de onde as pessoas retiram o que sabem e o que se dispõem a compreender acerca do cotidiano e da vida. (RESENDE, Fernando. 2011, P. 86)

As representações jornalísticas que acabam sendo naturalizadas tornam-se definitivas, por exemplo, para que os próprios moradores da cidade verbalizem sobre ela e se reconheçam. Afinal, a mídia narra cotidianamente determinados acontecimentos que passam a ter um peso indiscutível na sociedade e na história. Algumas realidades serão narradas de forma mais amena, enquanto outras serão mais agressivas. Assim, os sentidos hegemônicos vão sendo cristalizados.

Moradores das favelas e do asfalto, por exemplo, vão definir-se a si próprios e as situações a que são submetidos influenciados, entre outros, pelo discurso jornalístico. Estes sentidos também querem influenciar nas decisões de políticas públicas para determinado território e na própria compreensão do que acontece em um espaço/território/cidade.

O jornalismo, então, ao circular discursos, interpela sujeitos e disponibiliza discursos que afetam sua construção identitária. No caso dos pobres, por exemplo, Loïc Wacquant afirma que eles perderam o controle sobre suas identidades devido a mecanismos de exclusão e segregação urbanos. Acrescentamos que estes mecanismos, muitas vezes, são acionados pelo discurso jornalístico.

Ser pobre numa sociedade rica implica ter o status de uma anomalia social e ser privado de controle sobre sua representação e identidade coletiva; a análise da mancha urbana do gueto norte-americano e da periferia francesa [mostra] a privação simbólica que torna seus habitantes verdadeiros párias (WACQUANT, apud Bauman, 2003, p. 108).

O processo de construção das identidades, portanto, está atrelado a uma rede de memória construída por meio de uma série de debates sócio-históricos. O horizonte descontínuo da história é que possibilita que o discurso tome forma e seja transformado e retransformado. A descontinuidade se manifesta nos enunciados. Assim, por exemplo, é que o sujeito “menor”, que junto ao termo “abandonado” era usado para se referir à criança pobre, desprotegida, moral e materialmente pelos pais, estado e sociedade no cenário urbano, vai mudar ao longo da história, ganhando novas significações. O “menor” deixa de ser abandonado, aquele que precisa de apoio da sociedade, para se tornar o menor infrator, uma forma-sujeito que não cabe nos projetos da cidade. Neste processo, a mídia é um dos grandes atores responsáveis pela estigmatização deste sujeito. E esta representação está longe de ser objetiva.

Retomando aqui a questão também do jornalista, seu lugar da fala é muito forte nesta cristalização da imagem da cidade. Isto porque é ele que vai mobilizar determinados aparatos. Os jornalistas têm uma função autor muito forte, pela maneira como mobilizam fontes, se conectam a ela, conectam o que é explícito no texto e o que não foi divulgado, porque ficou no “off”. Lembrando que, para Foucault (2002), a autoria é um fenômeno complexo, perpassado por diversos conceitos e instâncias. Mas, mesmo que haja diferentes vozes perpassando o discurso jornalístico, vozes de determinados grupos sociais, por exemplo, é o jornalista, que, como um cartógrafo, vai desenhar a cidade e ocupar o seu lugar de fala, amparado pelo lugar de verdade, como observador da cena e por que não, personagem.

Como nos interessa o discurso jornalístico sobre as favelas cariocas, é importante saber como elas estão organizadas na narrativa jornalística. As favelas cariocas já foram representadas de inúmeras maneiras nas últimas décadas. Já foram o foco de epidemias e doenças, ponto de malandros, local da desordem, dos negros e ociosos. Também já foram territórios dos baderneiros e, em outros momentos, idealizadas como lugar onde o samba surgiu. Em décadas mais recentes, tornaram-se o antro dos traficantes de droga, habitat das classes perigosas e lugar de risco, ainda que nelas exista um *locus*

bastante plural, onde vivem hoje, segundo o IBGE, vivem 1,4 milhão de pessoas<sup>3</sup>. No entanto, como lembra Lícia Valladares (2005, p. 158), até mesmo a identificação do IBGE apresenta problemas. “A definição de favela como ‘aglomerado subnormal’ utilizada pelo IBGE excluiria, por exemplo, uma grande parte do território da Rocinha e também de outras favelas”.

Portanto as favelas são um *locus* que deve ser visto como tecido urbano, ou seja, múltiplo e heterogêneo. Um espaço que, apesar de criado a partir da imagem das massas urbanas marginalizadas, reúne todos os problemas e atributos do espaço urbano. No entanto, os dogmas persistem. Lícia Valladares questiona.

Por que será, então, que as mudanças recentes, mais do que evidentes e confirmadas pelo próprio recenseamento, não parecem abalar os defensores dos dogmas? Como explicar essa resistência? Haveria algum interesse em fazê-los perdurar? Até que ponto sua persistência no imaginário coletivo traria benefícios às favelas e aos seus habitantes? É verdade que o ‘turismo social’ depende de uma imagem exótica, é verdade que jornalistas, a mídia e escritores preferem, sem dúvida, essa imagem um tanto fascinante de um universo que seria marginal, diferente e com especificidades locais. Mas é possível que outros grupos sociais também tenham interesse que a imagem da favela não venha a se modificar tão depressa. (VALLADARES, 2005, P. 158)

No plano físico, as favelas já sofreram inúmeras intervenções com políticas variadas, ora de remoções e outras de urbanização, enquanto, no simbólico, sua imagem vai sendo modificada ao longo do tempo até chegar a esta situação do tráfico de drogas e da violência, que tornou-se atualmente a característica mais arraigada ao nome da favela carioca nas representações midiáticas. Diante desta constatação, o discurso midiático apresenta a favela como um lugar de experiência que só pode ser compreendida por meio de uma interpretação negativa. Por outro lado, há uma identificação deste povo também com a alegria, com o pouco e com o comunitário.

Na impossibilidade de se abranger a cidade, afinal quem conhece todos os bairros de uma metrópole?, é que os meios de comunicação vão se tornando imprescindíveis. Também por meio deles é possível difundir temas que, sem eles, ficariam restritos aos locais de origem. Enquanto isso, os grupos populares se concentram em seus espaços, sejam periféricos ou centrais, enquanto os setores de classes mais altas cada vez vivem mais atrás de grades nas janelas e portas e em lugares fechados. Assim, são o rádio, a televisão e a internet que transmitem a informação e o entretenimento.

## **O jornal como ator político nas questões de violências**

Nesta sociedade do instantâneo e das emoções, o que o jornal *O Globo* representa, principalmente a partir do momento em que se torna o único veículo impresso hegemônico com sede na capital

---

<sup>3</sup> Segundo o Relatório do Banco Mundial, de acordo com as estatísticas do IBGE, quase 1,4 milhão de pessoas, ou 22% da população do Rio, moram em favelas, ou “comunidades irregulares e fora do padrão de habitação”. Quando comparado ao censo anterior, de 2001, este número representa um crescimento de 27,6% em dez anos – contra o crescimento de 3,4% da população no resto da cidade ao longo do mesmo período.

fluminense e com distribuição em grande parte do Brasil? Sabemos que todo jornal noticia para determinados segmentos da sociedade, produzindo para uma imagem de leitor suposta a tal segmento. Na própria prática do discurso já está esta imagem, ou seja, no “como se diz” já está embutido o “quem vai ler”.

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos ‘formações imaginárias’ em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu ‘cúmplice’ quanto um seu ‘adversário’” (Orlandi, 1993, p. 9).

Portanto, ao lermos *o Globo*, já temos uma ideia do seu lugar de fala e de seu comportamento, do que encontraremos neste poderoso veículo, cujo discurso vai se constituindo como a realidade, não qualquer realidade, mas como a memória e a história dos vencedores. Ou seja, conforme Walter Benjamin designou como “uma história na qual os acontecimentos são recortados e interpretados a partir da perspectiva do vencedor, dono do poder” (Chauí, 2007, p. 128). Queremos entender que interdiscurso perpassa este veículo e se há mudanças ao longo de quase uma década no que se refere aos discursos sobre as violências.

Antes de seguirmos, situamos que este jornal, *O Globo*, foi fundado em 29 de julho de 1925, tendo, portanto, 90 anos de história. Hoje é o único jornal impresso de referência com sede na cidade do Rio de Janeiro, já que o *Jornal do Brasil*, seu concorrente histórico, não tem mais circulação impressa desde setembro de 2010, quando tornou-se exclusivamente digital. É considerado um dos veículos impressos de maior tradição em nível nacional e um periódico de referência importante do país. (Memória Globo, 2015)

*O Globo* foi concebido como um diário matutino pelo jornalista Irineu Marinho, seu fundador. Após a morte de Irineu, o jornal foi assumido pelo seu filho, Roberto Marinho, que conseguiu construir um conglomerado de empresas de mídia. No campo do jornalismo impresso, o grupo criou, em 1998, o jornal *Extra*. Desta forma, *O Globo* é direcionado para as classes A e B, enquanto o *Extra*, para a B e C. Além de jornais, o conglomerado, hoje denominado *Grupo Globo*, é composto pela *TV Globo*, várias rádios, entre elas *Globo* e *CBN*, e *Editora Globo*.

Apesar de todas as evidências históricas contrárias, o Grupo *O Globo* diz manter a “isenção” como um dos atributos da informação de qualidade, junto com a “correção” e a “agilidade”. Em seus princípios editoriais, o grupo coloca que o trabalho jornalístico deve ser feito, buscando-se estes três pontos. No entanto, o próprio documento do conglomerado traz uma mudança na visão do jornalismo. “Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos”. Agora, o grupo prefere destacar que,

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro



conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. (MARINHO, Roberto Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto, Globosat, 2015)

Obviamente que as mudanças mencionadas em seu editorial institucional também revelam as alterações no seio da própria sociedade, que não entende mais o jornalismo como espelho da realidade, afinal esta é uma visão que não encontra mais nenhuma sustentação teórica. Porém, é preciso lembrar que o jornalismo “não pode construir outra imagem a respeito de si mesmo que não aquela de ser uma instituição capaz de um relato fiel dos fatos e dos pensamentos. É por meio do jornalismo que o leitor espera ler o mundo.” (MACHADO & JACKS, 2001, p. 6)

No entanto, como lembra Borges (2009, p. 61), a forma de se autorreferenciar escamoteia o lugar político que os agentes produtores de informação desempenham na dinâmica social, para construir este lugar apolítico no imaginário social.

Ao mencionar alterações sociais, é necessário também lembrar as mudanças pelas quais passam a mídia impressa. Nos últimos anos, houve uma redução das tiragens da maioria dos jornais. Primeiro, os veículos hegemônicos sofreram o impacto dos periódicos considerados populares e com venda maciça em bancas. Depois, viram as tiragens declinarem por causa da concorrência com a internet. No entanto, apesar das grandes mutações no cenário global do jornalismo, que vão gerar modificações nos conteúdos da informação, produto básico do jornalismo, entendemos que o jornal impresso continua mantendo seu poderio e, agora, entra na disputa no mundo on-line

Com uma circulação média de 333.860 jornais em 2014, segundo a Associação Nacional de Jornais<sup>4</sup>, ficando em terceiro lugar no ranking, atrás de *Super Notícia*, de Belo Horizonte, e *Folha de S. Paulo*, o *Globo* mantém sua hegemonia no Estado do Rio de Janeiro, tendo conseguido inclusive aumentar a tiragem em relação ao ano anterior, graças à mudança no Índice Verificador de Informação (IVC), que também está auditando as vendas on-line. Entre janeiro e maio de 2015, a circulação digital de *O Globo* cresceu 23,8% na comparação com igual período de 2014, segundo dados do Infoglobo.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/#> Informações da Associação Nacional de Jornais sobre a circulação dos maiores jornais do país no ano de 2014.

<sup>5</sup> Matéria Versões digitais turbinam os jornais, publicada em <http://www.propmark.com.br/midia/54555:versoes-digitais-turbinam-circulacao-dos-jornais>. Acesso em 22/07/2015

Portanto, mesmo sabendo que as mudanças informativas permitidas pela tecnologia sugerem novas reflexões sobre o campo e o discurso jornalístico, sua importância não pode ser reduzida.

Desta forma, o jornal *O Globo* ainda posiciona-se como um dos principais produtos do conglomerado da comunicação, o maior do país. Dentro deste veículo, há redes de formulações, os ditos nas matérias. Para onde apontam as matérias? Em nosso caso, estamos nos referindo a reportagens que mencionam as questões de violências. Ressaltando que a noção de criminalidade é discursiva, enfim, é construída historicamente. Criminalidade, em geral, também é vista como diferente de crime, já que não se associa crime do colarinho branco a ela. Como o jornal funciona na atualização da memória? Quando em sua memória fortalece o discurso do medo, justifica-se o direito de as pessoas ditas de bem terem o direito de se proteger. Este discurso, que está na sociedade, é constantemente reforçado pelo jornal. Portanto, o jornal reifica o *status quo* e o antagonismo social.

No caso das violências, o jornal, além de trabalhar com os efeitos de verdade, ainda articula números e estatísticas, de forma a montar uma realidade que estimula o medo para o leitor. Um dos exemplos é quando opera os números no sentido de provar que o Rio de Janeiro está pior por uma única causa: a violência, no sentido de criminalidade. Para isso, por exemplo, soma o total de ocorrências policiais e divide pelo número de dias do período de alguns meses ou anos reforçando, assim, sentidos e discursos.

Ao divulgar a violência, a tendência do jornalismo hegemônico é revelar apenas a violência latente. Assim, portanto, reforça a visão mais conservadora da violência, vista como aquela onde há grupos de pessoas que precisam ser vigiados, enquanto, de outro lado, silencia-se em relação às práticas de estados violentos e à ordem social perversa e injusta, já que o estado é igualitário na fala, mas na prática é hierárquico, ou seja, protegendo uns e vigiando outros, além de as leis também caminharem neste sentido. Um exemplo é o fato de ainda perdurar no país a lei que protege com prisão especial aqueles que têm diploma de curso superior.

Ao observamos a cobertura de *O Globo* encontramos uma instrumentalização pelo discurso da ordem pela força. As reportagens cobram mais policiamento para resolver os conflitos urbanos, enquanto naturaliza-se a segregação social, quando defende, por exemplo, a construção de muros cercando as favelas, para evitar sua expansão, ao mesmo tempo em que apenas noticia, sem culpabilizar, a necessidade de regularização das ampliações das coberturas de edifícios nas zonas nobres da cidade.

Também se posiciona ao cobrar fluxo de tráfego para quem circula nas vias de trânsito rápido, como linhas Vermelha e Amarela, enquanto ignora o motivo de moradores da favela estarem se indignando no espaço público.

Este discurso pela ordem no Rio de Janeiro esteve muito presente em *O Globo* durante a administração dos prefeitos Cesar Maia e Eduardo Paes<sup>6</sup>. É nesta época que o jornal cria a série “Illegal. E daí”, que vai acabar sendo encampada por este último político que, ao tomar posse, em 2009, afirma que fará um “choque de ordem” no Rio de Janeiro. A seguir analisaremos como esta cobertura se deu no jornal.

### **O choque de ordem de Eduardo Paes**

Esta análise faz parte de um projeto maior que se debruçou sobre o discurso de *O Globo* em um período de quase uma década, que vai de 2002 a 2010 e que é uma fase que entendemos ser aquela que antecede grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, dentre outros, que colocam o Rio de Janeiro na agenda mundial e dentro de um projeto de cidade-empresa, que precisa dar certo. Nesta linha, encontramos um discurso que busca levar as favelas também ao mundo dos negócios, saindo da informalidade. Este discurso para legalizar toda a cidade vai se fortalecer, principalmente, a partir de 2009, com a entrada de um novo personagem em cena, o prefeito eleito Eduardo Paes, do PMDB.

Paes vence as eleições ocorridas em 2008. É preciso dar um passo atrás aqui, lembrando que em 02 de setembro de 2008, o *Globo* divulgou reportagem intitulada “Candidatos prometem fiscalização e plano de habitação para conter favelas”. Apesar de não ter sido analisada de forma minuciosa por nós, esta matéria revela a pressão do discurso do jornal pela política de remoção, não remoção das favelas que estão assentadas e cuja população pode trazer lucro para o mundo dos negócios, mas daquelas que ainda são indesejáveis e representam mais os “miseráveis” do que aqueles que merecem estar na formalidade por já fazerem parte da classe média. Este discurso, dissimulado sobre o discurso ambiental e da segurança pública, vai ganhar respaldo e força nos próximos anos. Portanto, quando se esperava um plano de habitação em prol da população de baixa renda, o que se tem são mais políticas de acirramento. Lembramos isso apenas para dizer que o novo prefeito assume a administração com o compromisso de conduzir uma política de repressão sobre a expansão das áreas das favelas.

Também é a partir deste ano que o Rio de Janeiro vive um período maior de intervenção em seus territórios mais carentes. Naturalmente, estas ações do Poder Público, que têm sua maior evidência nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), estarão reverberadas nos relatos jornalísticos, que vão referendar ou não estas ações. Vejamos então os enunciados, partindo da visão da cidade e seu choque de

---

<sup>6</sup> Cesar Maia foi prefeito do Rio de Janeiro por três mandatos. O jornal *O Globo* lança durante seu último governo, de 2005 a 2008, a série *Illegal. E daí*, no qual vai contestar o que chama de irregularidades e desordem no Rio de Janeiro. Foi prefeito do Rio de Janeiro por dois mandatos, sendo o primeiro de 2009 a 2012 e o segundo entre 2013 e o final de 2016.



ordem em janeiro. Lembrando que o choque de ordem fará novamente um resgate da memória do “Illegal. E daí?”, conforme veremos nos enunciados abaixo, no qual a “ilegalidade vai ao chão”.

O **choque de ordem prometido (grifos nossos)** pelo prefeito Eduardo Paes começou ontem pela manhã em oito bairros. Em um deles, o Recreio dos Bandeirantes, representou também um desafio às milícias e à indústria da construção irregular nas favelas. Trinta e quatro imóveis – entre casas, lojas, uma igreja evangélica e até uma cobertura com piscina, sauna e hidromassagem – que ocupavam irregularmente um terreno público à beira-mar foram demolidos na entrada do Terreirão. **(Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 6/01/2009)**

O prefeito Eduardo Paes se referiu ontem à operação como uma ação simbólica dos novos tempos na prefeitura: - **Não é admissível que existam áreas da cidade onde o poder público não seja soberano**, não tenha o comando. Os proprietários não são pessoas pobres que necessitam de assistência, mas picaretas que ocupam áreas públicas. **(Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 6/01/2009)**

- Isso é um absurdo. Como a prefeitura chega aqui de madrugada e derruba tudo sem notificar primeiro? Estou sendo vítima de perseguição política. A discussão sobre a posse da área ainda está na Justiça e por isso a demolição não poderia ocorrer, ainda mais sem comunicação prévia. **(Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 6/01/2009)**

**Novo prefeito, antigas medidas.** O primeiro dia útil do governo Eduardo Paes lembrou a gestão do seu ex-padrinho político, Cesar Maia. Há oito anos, quando assumiu o segundo mandato, Cesar também realizou **ações de choque de ordem** na cidade. **(Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 6/01/2009)**

No segundo dia da operação Choque de Ordem de Eduardo Paes, o foco se voltou para a publicidade irregular nas ruas, visando a **reduzir a poluição visual** na cidade. **(Novo prefeito. Choque de ordem sem trégua. Editoria Rio, p. 10, 7/01/2009)**

A **população de rua também foi alvo da operação.** Em quatro horas nas avenidas Nossa Senhora de Copacabana e Atlântica, cinco menores foram recolhidos e cinco adultos, levados para a Fundação Leão XIII. **(Novo prefeito. Choque de ordem sem trégua. Editoria Rio, p. 10, 7/01/2009)**

Segundo os fiscais, a orientação era que os adultos poderiam escolher se iam ou não para o abrigo. Quanto aos menores, por estarem em situação de risco, seriam levados de qualquer jeito. Os que conseguiram fugir, porém, não foram

perseguidos. (**Novo prefeito. Choque de ordem sem trégua. Editoria Rio, p. 10, 7/01/2009**)

- O que precisar ser feito para abrigar a população de rua será feito. É claro que sempre haverá alguma coisa de população de rua na cidade. Não é uma tarefa simples. Mas não vamos permitir o que se vê na (avenida) Rio Branco, que parece a sala de um, o quarto de outro. Não dá. (**Mais 300 vagas em hotéis para mendigos. Editoria Rio, p. 10, 7/01/2009**)

Os enunciados acima reforçam que, após tantos discursos de cobrança feitos pelo jornal, agora o estado está fazendo seu papel e é soberano. Com o choque de ordem, mostra-se que é assim que se entra em todos os territórios. Os moradores das áreas são chamados de picaretas e, por isso, não há nem mesmo a preocupação com a remoção, mas agora a ordem é jogar ao chão o que está ilegal e acabar com a desordem.

Os enunciados revelam que os moradores de rua e os menores de idade que estão em situação de rua também estão incluídos na operação. Ou seja, assim como outdoors irregulares e carros estacionados sobre a calçada, estes moradores de rua também são tratados como coisas que não podem ficar “atrapalhando” e “sujando” as ruas da Zona Sul do Rio de Janeiro. Estamos na formação discursiva da higienização. No entanto, há um deslizamento em um dos enunciados, já que, na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro, parece que o Choque de Ordem não tomará providências contra as pessoas que vivem na rua.

Nestes enunciados temos, ainda de maneira mais clara, a retomada do Rio voltado para o turista, do Rio que se embeleza e que, aos poucos, vai voltando a ser aquele que pode ser frequentado pela população. Apesar de o choque de ordem ter à frente o chefe do Executivo municipal é um indício de que a vigilância virá por aí em todos os níveis, envolvendo também as questões de segurança pública, ligadas ao governo estadual.

O próprio *Globo* rememora nesta operação Choque de Ordem, o “Ilegal. E daí?” Vejamos os enunciados:

A instalação de outdoors em desacordo com a legislação da cidade **deu origem à série “Ilegal. E daí?”**, do *Globo*. A primeira reportagem, publicada em 19 de setembro de 2005, denunciava o fato de a prefeitura não ter retirado seis outdoors localizados na saída do Túnel do Joá, na Barra, e ainda ter permitido a fixação de mais um, elevando para sete o número de peças publicitárias instaladas irregularmente na área. **Depois das reportagens que cobravam providências do município, os painéis foram retirados (Poluição visual inspirou a série ‘Ilegal. E daí?’**, *Editoria Rio, p. 10, 07/01/2009*)

A série “Ilegal. E daí?”, que também abordou temas como estacionamento irregular, construções ilegais, favelização e população de rua, **inspirou o nome de**

**uma CPI na Câmara dos Vereadores para investigar a desordem urbana. (grifo nosso)** Na última eleição para prefeito, a **expressão foi usada também por Eduardo Paes**, que afirmou que acabaria com a era do “Ilegal. E daí?” no Rio. **(Poluição visual inspirou a série ‘Ilegal. E daí?’**, **Editoria Rio, p. 10, 07/01/2009)**

Paes prometeu também, durante a campanha, implantar no Rio o projeto **Cidade Limpa**, adotado com sucesso em São Paulo, onde a prefeitura proibiu outdoors e regulamentou o tamanho da publicidade nas fachadas de imóveis. A promessa de Paes é uma das 83 listadas pelo Globo em sua edição do dia 27 de outubro do ano passado, logo após a eleição do peemedebista. **(Poluição visual inspirou a série ‘Ilegal. E daí?’**, **Editoria Rio, p. 10, 07/01/2009)**

Nos enunciados, fica evidente que poder público e discurso jornalístico estão em sintonia, até mesmo com o uso do nome da série “Ilegal. E daí?” pelo prefeito recém-empossado durante a campanha. Ou seja, muitas vezes, um acaba pautando o outro. Além disso, o jornal reforça o seu poder de vigilância quando afirma que listou as promessas dos candidatos à prefeitura do Rio.

O reforço do jornalismo como discurso central na atualidade é provado aqui por meio da informação de que uma CPI foi criada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a partir da série “Ilegal. E daí?” que traz denúncias de várias irregularidades no município. Ou seja, o jornal assume, de fato, uma autoridade alinhado ao Ministério Público, à Justiça e aos políticos.

A partir da operação desencadeada por Eduardo Paes, cria-se um mapa da desordem no Rio. Obviamente que, além da Zona Sul, outros bairros nobres e tradicionais do Rio, como a Tijuca, serão priorizados neste mapeamento. Observemos os enunciados:

Informações reunidas desde junho de 2007 por uma comissão parlamentar de inquérito da Câmara de Vereadores – conhecida como a “**CPI do Ilegal. E daí?’**”, **baseada na série de reportagem do Globo** – aliadas a ferramentas tecnológicas relativamente simples produziram o mapa da desordem urbana na Grande Tijuca. Graças ao georreferenciamento das denúncias, é possível visualizar o local exato em que cada tipo de irregularidade acontece. [...] O objetivo é fazer com que **o combate à desordem seja mais efetivo. (O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009)**

Para a secretaria da Ordem Pública, o comércio irregular e a população de rua estão entre os principais problemas da região. Moradores relatam grandes transtornos na região. **(O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009)**

- Vejo com muito bom grado todas as informações que facilitem o nosso trabalho. **O mapa vai nos ajudar.** Acho, porém, que hoje a realidade é diferente da época da CPI. Temos operação permanente na Tijuca com bons resultados – afirmou Oliveira. **(O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009)**

Na Avenida Presidente Castelo Branco, próximo ao acesso da Avenida Marechal Rondon, na altura da Mangueira, **ambulantes ocupam a calçada.** Há prédios de quatro andares. As ocupações na encosta da Grajaú-Jacarepaguá, **muitas em áreas de risco**, também preocupam. **(O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009)**

Começamos pela Grande Tijuca por ser uma **área nobre** e que tem uma **estrutura urbana poderosa**. (O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009)

A operação limpeza começa a se desenhar em relação a este Rio de Janeiro desejável. Neste Rio onde o estado faz, após as denúncias da mídia, seguem-se as pressões em relação a ambulantes, comércio irregular, população de rua, encostas e áreas de risco. O combate a esta desordem não será mais por operações, mas de forma efetiva e constante. “Quem vai dar jeito nisso?”, perguntava o *Globo* às vésperas das eleições municipais de 2008, em reportagem publicada no dia 5 de agosto. No subtítulo, aparecia “Favelização, trânsito caótico, desordem urbana e conservação de ruas são desafios para novo prefeito.”

Agora, Eduardo Paes, que já havia criado no ano anterior a Secretaria Municipal de Ordem Pública, dá a resposta solicitada dentro da argumentação criada pelo *O Globo* da desordem. E assim, estamos no *ethos* da exclusão, no qual há um discurso que reforça aqueles que devem ser excluídos, aqueles que são vistos como refugio humano, já que também há um silenciamento, na maioria das vezes, do que será feito daqueles que estão sendo expulsos das ruas com seu ganha pão ou com o espaço que lhe serve de moradia. Ressaltando que, nesta visão do jornal, o grupo que causa a desordem é o próprio responsável por ela, que nada teria a ver com a ausência de garantia, por parte do próprio estado, de direitos como trabalho, moradia, escola pública em tempo integral, entre outros.

### Considerações finais

Ao analisar o *Globo*, vimos que, apesar de a instância jornalística ter por princípio olhar o mundo de diferentes formas, ouvindo os mais diferentes lados, o que se encontra é um discurso que homogeneiza os sentidos e institui “verdades” narradas pela própria instância jornalística.

O olhar sobre o que o periódico chama de ilegalidades em uma cidade múltipla tem espaço amplo, com a criação da série *Ilegal, e Daí?*, durante o governo de Cesar Maia, em 2005, e com a reestruturação da mesma série “*Ilegal mesmo, e Daí?*” com a chegada do sujeito Eduardo Paes, prefeito eleito em 2008.

Nas ocasiões das séries, o *Globo* começa a ver as “falhas” pela cidade e, já que, pelo seu discurso, o estado não está presente, ele assume o papel de vigilante público, missão que é dada ao jornalismo moderno. A ilegalidade tem parceiros que a estimulam e se vangloriam dela, enquanto o discurso do jornal é o lugar de dizer o que é correto, o que é o Rio legal.

### Referências

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade** - a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BORGES, Wilson Couto. **Narrativas jornalísticas como produção material da cultura:** a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade. Instituto de Arte e Comunicação Social (Iacs), Niterói, 2009.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas.** Estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. CINTRÃO, Heloísa Pezza. LESSA, Ana Regina. São Paulo. Editora Edusp, 1997.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Portugal: Veja/Passagem, 2002.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Marcia Benetti & JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico.** GT Estudos de Jornalismo. X Compós. 2001.

NUNES, José Horta. **Os sentidos da metrópole:** saber urbano e jornalismo. Estudos Linguísticos. São Paulo p. 1.166-1.178, set-dez 2014.

ORLANDI, Eni. **Cidade atravessada:** os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001b.

SOUZA, Hugo R.C. et al. **Todo crime é político.** Revista Carta Capital, 2003. [www.pdt-rj.org.br/.../Entrevista%20de%20Nilo%20Batista%20para%20a...](http://www.pdt-rj.org.br/.../Entrevista%20de%20Nilo%20Batista%20para%20a...) Acesso em 10 jul. 2015.

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela:** do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.